

"Art. 9º A exclusão de qualquer dos integrantes, a pedido próprio ou de qualquer outro membro representante, dar-se-á por meio de solicitação ao próprio conselho, devidamente justificada de acordo com o Regimento Interno, para deliberação interna."

JUSTIFICATIVA

A autonomia organizativa do Conselho de Segurança Escolar do Estado de São Paulo também se estende à entrada e saída de seus membros. Isso significa que o CESE deve ter a liberdade de definir os critérios para a seleção de novos membros e a possibilidade de deliberar sobre a saída de membros já constituídos.

É fundamental que o Conselho tenha autonomia para decidir sobre a seleção de novos membros, uma vez que essa é uma decisão que pode afetar diretamente a eficácia do conselho. A inclusão de novos membros deve ser baseada em critérios que levem em consideração a expertise e a experiência em temas relacionados à segurança nas escolas, bem como a representatividade da sociedade civil. Com a autonomia para definir esses critérios, o Conselho pode garantir que seus membros sejam selecionados de forma democrática e transparente.

Da mesma forma, a possibilidade de deliberar sobre a saída de membros já constituídos é fundamental para garantir a eficácia e a independência do conselho. Se um membro não estiver desempenhando suas funções de forma adequada, ou se estiver agindo de forma prejudicial ao trabalho do Conselho, é importante que o conselho possa deliberar sobre a sua saída. Essa possibilidade de deliberação deve estar baseada em critérios claros e transparentes, e deve ser realizada de forma democrática e respeitosa.

Em resumo, a autonomia organizativa do Conselho de Segurança Escolar do Estado de São Paulo deve abranger não apenas a sua capacidade de definir pautas e tomar decisões, mas também a sua liberdade para selecionar novos membros e deliberar sobre a saída de membros já constituídos. Essa autonomia é fundamental para garantir que o conselho seja capaz de atuar de forma independente e democrática, visando sempre à promoção da segurança nas escolas estaduais.

Por fim, e seguindo os artigos 136 e 171 a 175 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda ao PL 425/2023 em nome da Deputada Estadual Monica Seixas.
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 12/4/2023.
Monica Seixas do Movimento Pretas

#### EMENDA Nº 1, AO PL 449/2023

Dê-se à ementa do do Projeto de Lei nº 449, de 2023, a seguinte redação:

"Dispõe sobre inventário de bens imóveis da Administração direta e indireta que não possuam fins de uso comum do povo"

Dê-se ao parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 449, de 2023, a seguinte redação, renomeando-o como parágrafo primeiro:

"Artigo 1º - O Estado realizará, periodicamente, inventário dos bens imóveis da Administração direta e indireta.

Parágrafo primeiro- Fica dispensado o arrolamento dos bens de uso comum do povo, devendo ser listados apenas os bens de uso especial e dominical."

Acrescente-se ao artigo 20 do Projeto de Lei nº 449, de 2023, o seguinte parágrafo segundo:

"Artigo 1º-...

Parágrafo primeiro-...

Parágrafo segundo- entende-se por bens de uso comum do povo todo espaço público que promova integração, diversidade, cidadania, esporte, moradia e habitação, transporte e demais funções correlatas.

Suprima-se os incisos V, VII, VIII, X e XI do artigo 2º, do Projeto de Lei nº 449, de 2023, renumerando os demais incisos do mesmo artigo.

JUSTIFICATIVA

Os espaços públicos são importantes para garantir o acesso aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal e na Constituição Estadual de São Paulo. Eles proporcionam um ambiente democrático para que as pessoas possam exercer sua cidadania, expressar suas opiniões e reivindicar seus direitos.

Além disso, os espaços públicos são essenciais para assegurar o acesso à moradia e habitação, bem como para promover a inclusão social por meio do esporte. É necessário que todos os cidadãos tenham a oportunidade de usufruir desses locais, independentemente de sua classe social, gênero, etnia ou qualquer outra característica.

Ao valorizar e investir em espaços públicos, estamos investindo em uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos têm acesso aos seus direitos fundamentais. Dessa forma, é fundamental que esses locais sejam protegidos e mantidos em bom estado, garantindo o bem-estar e a qualidade de vida da população.

O Estado não tem a função de inventariar seus bens imóveis que se fosse uma empresa privada, pois sua finalidade é promover o bem-estar social e atender aos interesses coletivos, e não gerar lucro ou vantagens pessoais.

Ao contrário das empresas privadas, o Estado deve atuar com transparência e responsabilidade na gestão de seus imóveis, priorizando o interesse público em detrimento de interesses particulares. É importante que o Estado utilize seus imóveis para atender às necessidades da população, como a construção de escolas, hospitais, parques e outras estruturas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população.

A lista de imóveis do Estado deve ser gerenciada de forma a garantir a eficiência na administração dos bens públicos, considerando sempre o interesse coletivo e a função social desses imóveis. É importante que o Estado promova a regularização fundiária e o acesso à moradia para a população mais vulnerável, sem visar o lucro ou a especulação imobiliária.

Por isso, é essencial que a gestão dos imóveis públicos seja feita com ética e transparência, sem privilegiar interesses privados ou de grupos específicos. O Estado deve agir de forma responsável, atendendo aos anseios da sociedade e promovendo o bem-estar social, sem se desviar de sua finalidade precípua.

Por fim, e seguindo os artigos 136 e 171 a 175 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda ao PL 449/2023 em nome da Deputada Estadual Monica Seixas.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 12/4/2023.
Monica Seixas do Movimento Pretas

#### EMENDA Nº 1, AO PL 458/2023

Dê-se à ementa do do Projeto de Lei nº 458, de 2023, a seguinte redação:

"Dispõe sobre a criação do Prêmio Luiz Gama para homenagear pessoas que lutam contra a escravidão e a discriminação racial. "

Dê-se ao caput do artigo 1º do Projeto de Lei nº 458, de 2023, a seguinte:

"Artigo 1º - Fica criado o Prêmio Luiz Gama, para homenagear pessoas que:"

Dê-se ao caput do artigo 2º do Projeto de Lei nº 458, de 2023, a seguinte redação:

"Artigo 2º - O Prêmio Luiz Gama será concedida a qualquer paulista que tenha se destacado no combate à escravidão ou no combate à discriminação, por meio de ações ou obras intelectuais"

Suprima-se o parágrafo 1º do artigo 2º, do Projeto de Lei nº 458, de 2023, renomeando o parágrafo segundo deste artigo como parágrafo único.

JUSTIFICATIVA

Luiz Gama foi uma figura fundamental na luta contra a escravidão no Brasil. Nascido em 1830 em Salvador, na Bahia, filho da escravizada Luísa Mahin, Luiz Gama viveu na pele as injustiças do sistema escravocrata brasileiro. Aos dez anos de idade, foi vendido como escravizado pelo próprio pai e levado

para São Paulo, onde trabalhou como engraxate, aprendeu a ler e escrever e se tornou um autodidata.

Luiz Gama se destacou como advogado abolicionista e jornalista, denunciando as atrocidades cometidas contra os escravizados e lutando pelos seus direitos. Ele foi um dos pioneiros na luta pela libertação dos escravizados por meio da via judicial, impetrando mais de 500 habeas corpus em favor de escravizados ilegalmente mantidos em cativeiro. Muitos desses processos foram bem-sucedidos, resultando na libertação dos escravizados.

Além disso, Luiz Gama também se destacou como escritor, poeta e intelectual, tendo publicado diversos textos e livros sobre a escravidão e a luta pela liberdade dos escravizados. Ele foi um dos fundadores do jornal "Radical Paulistano", que se tornou um importante veículo de comunicação da causa abolicionista.

Luiz Gama teve uma importância crucial na luta contra a escravidão no Brasil, pois sua atuação como advogado e jornalista contribuiu para sensibilizar a opinião pública sobre as atrocidades cometidas contra os escravizados e para pressionar as autoridades a agirem em favor da abolição. Sua coragem e determinação em enfrentar o sistema escravocrata o tornaram uma referência para outros abolicionistas e para a luta pelos direitos humanos no Brasil.

Hoje, Luiz Gama é reconhecido como um dos grandes heróis da luta contra a escravidão no Brasil, tendo deixado um legado de coragem, determinação e compromisso com a justiça e a liberdade que inspira gerações até os dias de hoje.

Por fim, e seguindo os artigos 136 e 171 a 175 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda ao PL 458/2023 em nome da Deputada Estadual Monica Seixas.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 12/4/2023.
Monica Seixas do Movimento Pretas

### DESPACHOS

#### DESPACHO DE COAUTORIA

**PL 759/2021**

Deferido o requerimento de coautoria do PL 759, de 2021. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 11/4/2023. ANDRÉ DO PRADO - Presidente

#### DESPACHO DE COAUTORIA

**PL 272/2023**

Deferido o pedido de coautoria do PL 272/2023. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 12/4/2023. ANDRÉ DO PRADO - Presidente

#### DESPACHO DE ARQUIVAMENTO

**Prs 7/2021, 10/2021 E 12/2022**

Arquivem-se, nos termos do artigo 177, " caput", do Regimento Interno, os Projetos de Resolução nºs 07/2021, 10/2021 e 12/2022.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 12/4/2023. ANDRÉ DO PRADO - Presidente

## Comissões

### ATAS

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS

**Ata da Primeira Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, do Período Adicional à Quarta Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura.**

Ao primeiro dia do mês de março de dois mil e vinte e três, às catorze horas e trinta minutos, no Plenário Tiradentes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Primeira Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, do Período Adicional à Quarta Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, sob a presidência do Deputado Delegado Olim. Presentes a Senhora Deputada Marta Costa e os Senhores Deputados Maurício, Caio França, Conte Lopes, Major Mecca, Altair Moraes, Delegado Olim (membros efetivos). Ausentes os Senhores Deputados Marcos Zerbini, Jorge Caruso e Sargento Neri. Presentes também, acompanhando os trabalhos da Comissão, os Senhores Deputados Gil Diniz, Jorge Wilson Xerife do Consumidor, Adalberto Freitas, Tenente Nascimento, Agente Federal Danilo Balas e as Senhoras Deputadas Marina Helou, Adriana Borgo e Tenente Carmelidia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, convocada com a finalidade de ouvir o Senhor Secretário Estadual de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, quanto ao disposto no Artigo 52-A da Constituição do Estado de São Paulo - prestação de contas do andamento da gestão e avaliação das ações, programas e metas da Secretaria. O Deputado Delegado Olim cumprimentou e agradeceu a presença do convidado, anunciando a presença também de seus assessores, dentre eles o Secretário Adjunto da Secretaria da Segurança Pública, Dr. Oswaldo Nico Gonçalves, do Delegado Geral de Polícia, Dr. Artur José Dian, e do Tenente Coronel Pedro Luis. No decorrer da reunião, anunciou também a presença da Deputada Federal Dani Alonso. Inicialmente, o Senhor Presidente fez algumas considerações, demonstrando satisfação pela realização da reunião com o Senhor Secretário, parabenizando e ressaltando o trabalho desenvolvido pelas polícias civil e militar no Estado de São Paulo. Em seguida, passou a palavra ao Secretário Guilherme Derrite para que fizesse sua explanação. O Secretário da Segurança Pública fez uma apresentação utilizando-se de slides, na qual discorreu sobre vários assuntos, tais como: Sistema Estadual de Estatística Criminal, fazendo um comparativo de indicadores criminais atuais em relação a anos anteriores, e destacando indicadores obtidos durante o período do Carnaval; abordou a produtividade policial; discorreu sobre as "metas dos 100 dias", dentre as quais os convênios em andamento para o Sistema Detecta, a "Muralha Paulista", o termo de cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado e o Sistema de Informações e Prevenção de Crimes Contra à Vida. Finalizada a explanação, o Senhor Presidente, Deputado Delegado Olim, agradeceu ao secretário e concedeu a palavra aos Senhores Deputados para que fizessem suas considerações e questionamentos; fizeram uso da palavra os Senhores Deputados: Altair Moraes, Jorge Wilson Xerife do Consumidor, Major Mecca, Caio França, Marina Helou, Conte Lopes, Agente Federal Danilo Balas, Tenente Nascimento e Gil Diniz, seguidos pelos esclarecimentos do Secretário Estadual de Segurança Pública, Sr. Guilherme Derrite. Finalizada a oitiva e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente fez suas considerações finais, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, que foi gravada pela Divisão de Painel e Audiofonia, e a correspondente transcrição, tão logo seja concluída, fará parte desta ata que eu, Leticia Chamy Farkuh, Analista Legislativo, lavrei e que, lida e considerada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim, encerrando-se os trabalhos da presente Legislatura. Plenário Tiradentes, em 1º de março de 2023.

Deputado Delegado Olim
Presidente
Leticia Chamy Farkuh
Secretária

## Debates

#### 3 DE ABRIL DE 2023

#### 13ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: GILMACI SANTOS</p>
<b>RESUMO</b>
<p>PEQUENO EXPEDIENTE 1 - GILMACI SANTOS Assume a Presidência e abre a sessão. 2 - EDIANE MARIA Por inscrição, faz pronunciamento. 3 - REIS Por inscrição, faz pronunciamento. 4 - DONATO Por inscrição, faz pronunciamento. 5 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO Por inscrição, faz pronunciamento. 6 - EDUARDO SUPLYCY Por inscrição, faz pronunciamento. 7 - CONTE LOPES Por inscrição, faz pronunciamento. 8 - REIS Por inscrição, faz pronunciamento. 9 - EDUARDO SUPLYCY Por inscrição, faz pronunciamento. 10 - CONTE LOPES Por inscrição, faz pronunciamento. GRANDE EXPEDIENTE 11 - CARLOS GIANNAZI Pelo art. 82, faz pronunciamento. 12 - CARLOS GIANNAZI Para comunicação, faz pronunciamento. 13 - CARLOS GIANNAZI Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças. 14 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 04/04, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão. * * * - Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos. * * * - Passa-se ao</p>

#### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente. De imediato iniciamos o Pequeno Expediente, chamando para fazer uso da palavra o nobre deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Nobre deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Ediane Maria.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente, boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, boa tarde a todos os servidores desta Casa.

Ontem foi um dia muito importante, mas muito importante mesmo, porque foi um dia em que finalmente nós, trabalhadoras domésticas, conseguimos ter o respeito, tivemos direito a ter nossos nomes, ter registro em carteira.

Então ontem foi uma PEC que, para nós, também veio com muitas dores, que foi ali que se iniciava todo um processo de impeachment, que foi impressionante. Para quem estava trabalhando como doméstica naquela época - eu sei porque eu era uma dessas e também tive meu registro nesse tempo.

Foi o momento em que queriam colocar painelas vazias em nossas mãos enquanto muitas mulheres, como eu, olhavam para aquela panela vazia e lembravam que na nossa casa estávamos precisando de direitos, direitos trabalhistas e direitos sociais, que estavam sendo arrancados, arrancados à luz do dia, e batendo painelas.

A periferia não bateu painelas. Ela não bateu painelas. Sabe quando eu tive a honra de ver a periferia bater painelas? Agora, para tirar o Bolsonaro, ano passado. Essas painelas bateram, e com muita força. Foram noites de batidas.

Eu vou resgatar uma fala que eu acho muito importante da nossa eterna presidenta Dilma ao sair daquele impeachment. Ela falou o seguinte, ao sair do Palácio do Planalto e do Alvorada. Sabe o que ela falou? "Nós voltaremos". E voltamos. Eu tenho que falar para a presidenta Dilma, essa mulher que eu tive a honra de estar com ela no processo.

Quando foi o lançamento da minha candidatura ela estava junto comigo lá na Praça Roosevelt, eu pude olhar nos olhos dela e falar: "Dilma, graças a você eu tive minha carteira assinada; graças a sua coragem de enfrentar todo um país marcado e construído sobre nossos corpos, sobre a falta de direitos, que eu tive, graças à senhora, o direito de ter, não deveres, porque o dever a gente tem a vida inteira, a vida inteira de deveres, mas eu tive direitos, direito de falar que eu não ia trabalhar no feriado, direitos garantidos."

E muito me orgulha quando vejo vários deputados e muitas deputadas que falam. Eu tive a honra, porque todo o tempo eu achei que eu estava só, que essa luta nossa é uma luta tão invisível, tão esquecida...

Estamos em todos os departamentos da sociedade limpando, passando, cozinhando e cuidando de filhos, e limpando casas muitas vezes sem ter casa própria, muitas vezes com medo do aluguel que vai vir e a gente não vai ter condição, vamos ter que escolher entre comprar comida, ou pagar o aluguel, ou pagar as contas. São essas as escolhas todo final do mês.

Então, é sempre uma honra muito grande ocupar aqui a tribuna e dizer para a presidenta Dilma: "Nós mudamos. O estado de São Paulo deu um recado e falou que quer reconstruir essa sociedade. Eleger a primeira empregada doméstica para falar desse lugar."

Semana passada fui à Unifesp, à USP, Unifesp/Guarulhos e USP Leste. E quando veio aqueles jovens que vêm me agarrar e falar: "Ediane, hoje posso me orgulhar. Sempre me orgulhei da minha mãe, mas nunca pude falar da profissão que ela exercia, porque não era vista como um trabalho".

Aquele grito que sempre foi silenciado porque: "Qual a profissão de seus pais?" Um fala que é médico, outro é dentista, outro..., e a gente sempre segura a voz, aquela voz que ainda está engasgada, ela está entalada na sociedade.

Nossos jovens precisam ter orgulho da gente, de gritar, porque nós precisamos de respeito. Nós até festejamos todas as vezes. Quantas trabalhadoras domésticas olham para o filho do patrão e se orgulham, porque veem o próprio filho alcançar uma universidade, viajar para fora do país.

Eu faço um pedido para os Srs. Deputados, para as Sras. Deputadas que hoje, ao chegarem em casa, olhem para essa mulher que está trabalhando o dia inteiro, dedicando a sua vida, largando a sua casa, cuidando de crianças, mantendo o horário da alimentação, sem muitas vezes não ter o que dar para seus filhos. Olhem para essa pessoa e falem o quanto ela é gigante, o quanto ela merece estar nos melhores lugares do mundo. Somos heróinas.

Eu quero que vocês deem um abraço e digam que vão lutar, lutar para que essas mulheres tenham direitos trabalhistas e sociais garantidos, que essas mulheres possam adoecer, que essas mulheres possam sonhar com uma aposentadoria, que essas mulheres possam adoecer com dignidade.

E peço, foi protocolada essa Frente Parlamentar pela Valorição do Trabalho Doméstico e dos Cuidados.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para conclusão, deputada.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Tudo bem, Sr. Presidente. Muito obrigada.

E hoje também quero falar de uma coisa muito boa - rapidinho, só um minuto, pode?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Já passou um minuto do seu tempo.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Só um segundinho. O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Um segundo.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Depois eu me inscrevo de novo, para não atrapalhar.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Combinado, deputada.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Muito obrigada, gente. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputado Reis, com a palavra.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar o presidente, Gilmaci Santos, cumprimentar os deputados Suplicy, Marcolino, Donato, deputada Ediane, cumprimentar todos os integrantes da Polícia Militar, todos os integrantes da Polícia Civil, todos os funcionários dessa Casa e todos aqueles que nos acompanham pela Rede Alesp.

Sr. Presidente, semana passada, esteve aqui nesta tribuna a deputada Thainara. A deputada Thainara, aos prantos, trouxe à tona a questão do racismo estrutural. A deputada Thainara não se ateve à questão da servidora.

Acho que aqui tinha uma sessão solene, tinham mais de cem pessoas participando dessa sessão solene. É verdade que a deputada Thainara participou da mesa e talvez, para a servidora, ter a leitura de um por um não é uma coisa tão simples, não é uma coisa tão fácil, para lembrar a deputada Thainara.

Mas o que eu quero dizer é que a questão do racismo está na estrutura desta Casa, não está na servidora. A servidora faz parte da estrutura desta Casa. E esta Casa é a casa grande, aqui não é a senzala. Nós estamos na casa grande, presidente, viemos da senzala.

Nós temos aqui deputados e deputadas agora que vieram do gueto, que vieram da periferia. E esta Casa está muito plural. Esta Casa tem deputados negros e negras de direita, de centro-direita, de esquerda, de centro-esquerda, então é uma casa bastante plural.

Mas o racismo está estruturado nela. E nós temos que ter uma política de combate a esse racismo estrutural. Isso se faz no nosso dia a dia. O episódio que aconteceu com a deputada Thainara é bastante significativo para que nós possamos - e a direção desta Casa, todos os funcionários e os recursos humanos desta Casa - trabalhar buscando combater esse racismo que está na estrutura desta Casa, está na estrutura desde quando esta Casa existe, porque esta Casa não surgiu para nós, oriundos da senzala.

Mas hoje nós estamos aqui e nós temos que combater, sim, o racismo que está na estrutura desta Casa, que está na estrutura da sociedade e está na estrutura dos nossos bairros, do nosso Estado, do nosso País. O racismo estrutural está em todos os lugares.

Então aquela fala da deputada Thainara, os prantos dela aqui são para nos ensinar, ensinar a direção desta Casa, ensinar todos os funcionários desta Casa de que forma nós podemos trabalhar cada vez mais no combate ao racismo estrutural, que está na estrutura de poder, que está na estrutura desta Casa.

Eu tenho aqui um conceito de racismo estrutural que foi exibido em uma palestra na Bahia, de Lia Vainer. "O racismo estrutural é o racismo que está presente na própria estrutura social.

Segundo essa concepção, o racismo não seria uma anormalidade ou patologia, mas o resultado do funcionamento normal da sociedade." Deste modo, nas palavras de Sílvio Almeida, nosso ministro, a sociedade seria uma "máquina produtora de desigualdade racial".

O termo foi desenvolvido em parte para ajudar as pessoas que trabalham em prol da equidade racial a enfatizar a ideia de que o racismo na sociedade é um sistema, com uma estrutura clara e com múltiplos componentes.

O conceito de racismo estrutural é também usado para a defesa de ações afirmativas, como a implantação de cotas raciais em universidades, pois, se a própria estrutura da sociedade é racista, a desigualdade racial tenderá a se perpetuar, caso algo não seja feito a respeito.

O autor e diretor-presidente do Instituto Luiz Gama, ministro Sílvio Almeida, em seu livro Racismo Estrutural, de 2018, aborda diversas manifestações do preconceito racial.

Para Almeida, há três concepções do racismo: o racismo individual, que trata o racismo como uma atitude do indivíduo que pode ter um problema psicológico ou comportamental, ou racismo institucional, uma concepção mais sofisticada, que considera o racismo como resultado do funcionamento das instituições.

Por fim, o racismo estrutural, que é o racismo da própria sociedade. Deste modo, esse é o racismo que possibilita o racismo institucional. Se há práticas racistas nas instituições, é porque a própria sociedade é racista.

O racismo estrutural é responsável não só pelo racismo institucional, como também, para o racismo individual. Já que, para Almeida, todo racismo é estrutural. Entretanto, ao considerar o racismo como parte da estrutura social, não exime a responsabilidade das pessoas em combater os atos racistas individuais.

Pensar o racismo como parte da estrutura, não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas. E não há um álbi para racista, pelo contrário. Entender que o racismo é estrutural, e não, ato isolado de um indivíduo, ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas.

Sr. Presidente, só quero dizer que sou solidário à deputada Thainara. Nós temos que vir a esta tribuna debater, discutir e buscar o combate ao racismo, combater as desigualdades, fazendo uso desta tribuna no dia a dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Com a palavra, deputado Olim. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Donato.

O SR. DONATO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos que nos acompanham pela Rede Alesp, eu tenho dois assuntos nesse Pequeno Expediente.

Primeiro, lamentar. O governador Tarcísio tem dito que o governo dele é um governo de diálogo. Nesta Casa, a gente já viu que não é bem assim. Mas eu queria lamentar o seguinte.

Nesse exato momento, eu deveria estar no DAEE, Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, numa reunião com a superintendente, engenheira Mara Ramos.

É a terceira vez que ela desmarca. Dia 27 de fevereiro, desmarcou. Dia 17 de março, desmarcou. Dia 3 de abril, desmarcou. Eu não pedi reunião lá para tomar café. A gente pediu para encaminhar e resolver situações que afligem o povo paulistano. No caso, diz respeito ao córrego Pirajuçara.

É um córrego de divisa entre São Paulo e Embu, no trecho que eu me refiro e eu ia tratar. Ele também divide São Paulo com Taboão da Serra. Portanto, é uma responsabilidade estadual, como córrego de divisa.

Lá, nós temos recorrentes enchentes, na região do Jardim Irene, Jardim Irapiranga, Jardim Macedônia, Jardim Maria Sampaio, que necessitam... Primeiro, o que necessita, de verdade, é a canalização daquele córrego.